

FACTURAÇÃO EXCESSIVA

No mês passado recebi em casa uma factura para pagamento dos accertos do consumo de electricidade desde 2002.

Acontece que durante todos estes anos nunca foi feita leitura do contador, muito embora ele se encontre no exterior da minha residência e seja de fácil acesso.

Será que sou obrigada a pagar um valor tão elevado ao fim de 3 anos, quando poderiam ter feito leituras periódicas? O que devo fazer?

Consumidora Identificada

Infelizmente é com alguma frequência que recebemos reclamações desta natureza.

Relativamente ao assunto exposto, cumpre-nos informar que nos termos do n.º 10 da Lei n.º 23/96 de 26 de Julho (Lei dos Serviços Públicos Essenciais), " O Direito de exigir o pagamento do preço do serviço prestado prescreve no prazo de seis meses após a sua prestação".

É da responsabilidade da empresa fornecedora do serviço público a obrigação de promover a leitura do contador, no mínimo duas vezes por ano, recaindo sobre ela o ónus de provar que diligenciou no sentido de realizar essa contagem.

Neste sentido, se a empresa não provar que não procedeu à referida leitura, nem tendo o consumidor criado obstáculos no acesso ao contador, assiste, a este, o direito de invocar tal prescrição.

Pelo que, não se tendo verificado as situações atrás descritas, o prazo de seis meses começa a contar a partir da data de emissão da última factura, ou seja, todas as facturas posteriores a esse período de tempo prescrevem.

Para solucionar o problema deverão os consumidores enviar carta registada com aviso de recepção à empresa prestadora do serviço, indicando os motivos atrás referidos, solicitando a rectificação da factura.

De qualquer forma, e na eventualidade de os consumidores se depararem com alguma dúvida poderão, sempre, recorrer à DECO.

Elsa Costa
Jurista